Contrato (extrato) n.º 422/2016

Extrato do contrato-programa no âmbito do Serviço Nacional de Saúde

Nos termos do n.º 3 do artigo 146.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, dá-se conhecimento que foi celebrado, a 22 de maio de 2014, entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I. P. e o Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o contrato-programa para o triénio de 2013-2015, o qual estabelece as cláusulas específicas de financiamento para o ano de 2014. O contrato-programa foi homologado por despacho de 12 de agosto de 2015, do Secretário de Estado da Saúde e por despacho de 22 de setembro de 2015, da Secretária de Estado do Tesouro. O valor global do aditamento é de 69.759.075,73 Euros.

O contrato-programa que aqui se refere encontra-se publicado na página eletrónica da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

14-06-2016. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Marta Temido*.

209717971

Contrato (extrato) n.º 423/2016

Extrato do contrato-programa no âmbito do Serviço Nacional de Saúde

Nos termos do n.º 3 do artigo 146.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, dá-se conhecimento que foi celebrado, a 17 de abril de 2014, entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P. e o Hospital Distrital de Santarém, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o contrato-programa para o triénio de 2013-2015, o qual estabelece as cláusulas específicas de financiamento para o ano de 2014. O contrato-programa foi homologado por despacho de 29 de junho de 2015, do Secretário de Estado da Saúde e por despacho de 01 de outubro de 2015, da Secretária de Estado do Tesouro. O valor global do aditamento é de 56.249.829,33 Euros.

O contrato-programa que aqui se refere encontra-se publicado na página eletrónica da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

14-06-2016. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Marta Temido.*

209714893

Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 1119/2016

Por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P., proferido em 12/05/2016, foi autorizada a consolidação da mobilidade interna na categoria, do técnico superior, José Manuel Cabacinho Gato, ao abrigo do n.º 3 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, do mapa de pessoal da Faculdade de Psicologia Universidade de Lisboa, para o mapa de pessoal da Unidade de Apoio à Gestão da ACES Alentejo Central, com efeitos a 01 de maio de 2016.

04 de julho de 2016. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Paula Alexandra Ângelo Ribeiro Marques*.

209715321

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas

Despacho n.º 9052/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.os 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de auxiliar no meu gabinete Alda Maria da Silva, Operadora de Apoio Administrativo da Infraestruturas de Portugal, S. A.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo respetivo serviço de origem e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.os 12 e 13 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a partir de 1 de julho de 2016.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

1 de julho de 2016. — O Secretário de Estado das Infraestruturas, *Guilherme Waldemar Goulão dos Reis d'Oliveira Martins.*

Nota curricular

Dados Biográficos

Nome: Alda Maria da Silva
Data e local de nascimento: 28 de novembro de 1960

Habilitações literárias

12.º ano

Percurso Profissional

2015 — Operadora de Apoio Administrativo na Direção de Segurança e Sustentabilidade da Infraestruturas de Portugal, S. A.
2013 — Operadora de Apoio Administrativo do Serviço Operacional Comum
2011 — Operadora de Apoio Administrativo da Assessoria de Gestão
Desde 2007 que assegura tarefas de apoio administrativo, nomeadamente:

Registo de correspondência em SAP
Inserção de dados em suporte informático
Apoio logístico de reuniões
Apoio variado ao Conselho de Administração Executivo
Serviços de Portaria

209711611

ECONOMIA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 9053/2016

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto procedimento concursal, através do aviso n.º 15300/2015, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 254, de 30 de dezembro de 2015, com vista ao preenchimento do cargo de Diretor de Serviços de Documentação, Comunicação e Relações Públicas, cargo de direção intermédia de 1.º grau da Secretaria-Geral da Economia.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluída a seleção, o júri propôs, fundamentadamente, que a designação para o cargo recaísse sobre a candidata Carla Maria do Rosário Santo, a qual preenche os requisitos legais exigidos e possui o perfil e as características necessárias ao exercício das atribuições e à prossecução dos objetivos da Direção de Serviços de Documentação, Comunicação e Relações Públicas.

Assim, designo para o cargo de Diretor de Serviços de Documentação, Comunicação e Relações Públicas, a Licenciada Carla Maria do Rosário Santo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos dos n.os 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

A designada fica autorizada a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º do citado diploma legal.

11 de julho de 2016. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

Nota Curricular de Carla Maria do Rosário Santo

1 — Dados pessoais

Nome: Carla Maria do Rosário Santo.
Data de nascimento: 21 de julho de 1970.

2 — Habilitações académicas

2008-2009 — Aprovação no Curso de Estudos Avançados do doutoramento em Documentación y Información, pela Universidade Complutense de Madrid/Alcalá convénio com Universidade Lusófona de Lisboa.
2004 — Curso de mestrado em Ciências da Informação, variante de arquivo pela Universidade de Évora.
1999 — Pós-graduação em Ciências Documentais, variante de arquivo pela Universidade Autónoma de Lisboa.
1996 — Licenciatura em História, pela Universidade Lusíada de Lisboa.

3 — Experiência profissional:

Desde 1 de outubro de 2015 até à presente data — Diretora de Serviços de Documentação, Comunicação e Relações Públicas, da Secretaria-Geral da Economia, em regime de substituição;
De 2014 até 30 setembro de 2015 — Chefe de Divisão de Arquivos da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, em comissão de serviço;
De 2012 até 2014 — Chefe de Divisão de Arquivos da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros;
De 2010 a 2012 — Chefe de Equipa Multidisciplinar, Arquivos e Biblioteca da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros;
De 2007 a 2010 — Chefe de Equipa Multidisciplinar Arquivos da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros;
De 2006 a 2007 — Técnica superior de arquivo na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros;
De 1996 a 2006 — Técnica superior de arquivo no Arquivo Nacional/Torre do Tombo e Direção-Geral de Arquivos;
De 1993 a 1996 — Técnica no Arquivo Nacional/Torre do Tombo e Direção-Geral de Arquivos;
Em 1992 — Técnica no Centro de Documentação e Biblioteca do Centro Nacional de Cultura.

4 — Outras Atividades:

Consultoria — Desenvolveu atividades de consultoria, no âmbito da organização e gestão de arquivos e centros de documentação.
Participação em seminários, conferências e ações de formação — Tem participado como conferencista em conferências e palestras.
Criação de manuais e de instrumentos de normalização arquivística

a) Cocoordenação da elaboração do Plano de Classificação de Documentos da Presidência do Conselho de Ministros (PCM) com a DGLAB, conforme a Macro Estrutura Funcional (MEF), em associação com todas as entidades no âmbito da PCM;
b) Cocoordenação da elaboração da Portaria de Gestão de Documentos da PCM com a DGLAB, no âmbito do projeto ASIA, em associação com todas as entidades no âmbito da PCM, em curso;
c) Criação de regulamentos para os arquivos da SGPCM, dos gabinetes governamentais e das entidades PCM.

Atividade docente — Coordenação de estágios de mestrandos e pós-graduandos em Ciências Documentais/Informação e Documentação;
Exposições — Coordenou técnica e cientificamente diversas exposições temáticas.
Frequência de vários cursos de formação diretamente relacionados com a gestão de arquivos, documentação e informação, Implementação de Sistemas de Gestão Documental, Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, Estratégias e processos de Gestão de Pessoas, Imagem institucional, processos de edição e divulgação institucional.

209724742

Direção-Geral de Energia e Geologia

Despacho (extrato) n.º 9054/2016

Nos termos do disposto na alínea *b*) do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho e dos n.os 4 a 6 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela referida Lei, torno público, que por meu despacho de 22-06-2016, o trabalhador Rui Pedro Nogueiro Gomes Morais Borges, concluiu, com sucesso, o período experimental, na carreira e categoria de técnico superior com a avaliação final de 14,00 valores.

30 de junho de 2016. — O Diretor-Geral de Energia e Geologia, *Carlos Manuel Aires Pereira de Almeida*.

209700474

Despacho (extrato) n.º 9055/2016

Nos termos do disposto na alínea *b*) do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho e dos n.os 4 a 6 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela referida Lei, torno público, que por meu despacho de 30-05-2016, o trabalhador Tiago Louro Bonifácio Pereira da Silva, com sucesso, o período experimental, na carreira e categoria de técnico superior com a avaliação final de 17,00 valores.

30 de junho de 2016. — O Diretor-Geral de Energia e Geologia, *Carlos Manuel Aires Pereira de Almeida*.

209700441

Édito n.º 254/2016

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, com redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de junho, pela Portaria n.º 344/89, de 13 de maio, pela Lei n.º 30/2006, de 11 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 101/2007, de 2 de abril, estará patente na Secretaria de Câmara Municipal De S. João da Pesqueira e na Direção Geral de Energia e Geologia, sita na Rua Direita do Viso, 120, 4269-002 Porto, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação deste édito no "*Diário da República*", o projeto apresentado por EDP Distribuição — Energia, SA, Direção de Rede e Clientes Mondego, para o estabelecimento da LN Aérea a 30 KV, para LN 30 SJD — D0182 Santa Marinha II; PT Aéreo 100 kVA, n.º 0182 e Rede BT, na freguesia de Soutelo do Douro, concelho de São João da Pesqueira, a que se refere o Processo n.º EPU/39102.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta Direção Geral — Área Norte ou na Secretaria daquele Município, dentro do citado prazo.

2016-05-23. — A Diretora de Serviços de Energia Elétrica, *Maria José Espírito Santo*.

309710048

ECONOMIA E AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Gabinetes da Secretária de Estado do Turismo e do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural

Despacho n.º 9056/2016

Marisa Manuel da Costa Menezes Carvalho, contribuinte fiscal n.º 189554053, residente na Rua Carlos Alberto Morais, n.º 202, r/c direito, freguesia Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, 4450-349 Leça da Palmeira, tendo formulado o pedido de utilização de solos integrados na Reserva Agrícola Nacional (RAN), ao abrigo dos n.os 1 e 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31 de março — Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro, pretende que lhe seja concedido o reconhecimento de relevante interesse público para utilização não agrícola, de uma área integrada na RAN, sita na Quinta da Terrosa, no Lugar do Casal, freguesia de São Mamede do Coronado, concelho da Trofa.

Considerando que a área a afetar se insere no prédio misto, inscrito na matriz predial urbana sob os artigos 118 e 119 e na matriz predial rústica sob o artigo 1167, descrito na Conservatória do Registo Predial da Trofa sob o n.º 134/19870113, freguesia de São Mamede de Coronado, registada a favor de Marisa Manuel da Costa Meneses Carvalho, com área total de 42.495,0 m^2 de solo, se destina ao estabelecimento de um empreendimento de turismo de habitação, na Quinta da Terrosa, através da recuperação, reabilitação e alteração de uso de edificações existentes, que incluem um Palacete e uma Capela, ambos do século XIX, casa do caseiro e outras construções de apoio à exploração agrícola exteriores à área da RAN;

Considerando que a pretensão consiste na construção um edifício para a realização de eventos (1.500 m^2), uma piscina (110 m^2), um espelho de água (340 m^2), uma área de acessos e circulação em pavimento autodrenante (1.200 m^2) e uma área para estacionamento, com 124 lugares, em pavimento permeável (2.500 m^2), num total de 5.650 m^2, tendo inicialmente sido apresentado requerimento em que, por lapso, foi indicada a área do edifício para a realização de eventos de 1300 m^2 e uma área total de 5450 m^2, o que veio a ser corrigido pela requerente;

Considerando que o empreendimento turístico compreenderá um espaço para a realização de eventos, que disponibilizará 42 camas, distribuídas por 19 unidades de alojamento (4 quartos duplos integrados no Palacete, e 13 apartamentos, com tipologia T1 e 2 apartamentos de tipologia T2), com um investimento estimado de 1,5 M €, e a criação de 4 postos de trabalho permanentes, a que acrescerão 30 a 40 postos de trabalho eventuais, nos dias de eventos;

Considerando que está prevista a reabilitação da quinta, através da recuperação dos espaços ajardinados existentes e a implementação de um projeto agrícola de produção de alimentos biológicos, quer para consumo interno do estabelecimento, quer para venda e também, instalação de uma pequena exploração pecuária para produção de caprinos;

Considerando que a título excecional, nos termos do disposto no *supra* referido artigo 25.º, podem ser autorizadas, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN;